

26-06-2009

1. Vida Económica, 26-06-2009, Risco	1
2. Diário Económico, 26-06-2009, Editorial - A moral na banca tem de transitar em julgado	2
3. Diário Económico, 26-06-2009, Parlamento adia debate do inquérito ao BPN para 10 de Julho	3
4. Correio da Manhã, 26-06-2009, Constâncio	4
5. Semanário, 26-06-2009, A Subir... A Descer	5
6. Vida Económica, 26-06-2009, Governador	6
7. Vida Económica, 26-06-2009, Carta	7
8. Diário Económico, 26-06-2009, Ferreira Leite passa no teste político, mas fica em branco no económico	8
9. Diário de Notícias - DN Bolsa, 26-06-2009, Câmara de Viseu tinha sete milhões no BPP	10
10. Jornal de Negócios, 26-06-2009, Não pode perder	11
11. Jornal de Negócios, 26-06-2009, Grande entrevista ao PM, agora no seu novo modo esquizofrénico	12
12. Sol - Confidencial, 26-06-2009, SLN Valor paga papel comercial de 50 milhões	14
13. Diário de Notícias - DN Bolsa, 26-06-2009, Ecos do «abalozito»	15
14. Correio da Manhã, 26-06-2009, Discussão do relatório vai ser adiada	16
15. Meia Hora, 26-06-2009, BPN está a suscitar interesse diz gestor	17



Risco

Vítor Constâncio esforçou-se no Parlamento por minimizar a dimensão do buraco que o dinheiro dos contribuintes terá que tapar no BPN.

Em oposição aos 2,5 milhões de euros, metade dos activos do banco, invocou um número inferior aos mil milhões.

A ideia de desvalorizar o buraco é politicamente boa,

mas contém dois riscos.

Por um lado, pode aproximar-se do primeiro valor citado por Miguel Cadilhe (600 milhões) e, nesse caso, teria toda a lógica que o BP tivesse aprovado o seu plano. Por outro, pode levar a que o dinheiro dos contribuintes ainda sirva para pagar indemnizações aos accionistas, no caso de o banco ser valioso.





EDITORIAL

A moral na banca tem de transitar em julgado

O Ministério Público formalizou a acusação a cinco ex-administradores do BCP. A história conta-se em meia dúzia de linhas e em três capítulos: i) os factos em causa foram alegadamente praticados entre 1999 e 2007 e passaram pela utilização de 'offshores' para influenciar a cotação do banco; ii) essas, entretanto, perderam bastante dinheiro que não foi contabilizado nas contas do BCP; iii) o objectivo seria o de empolar os lucros para engordar os prémios dos gestores. Fim da história. Naturalmente que até trânsito em julgado as pessoas em causa são inocentes. Mas para quem já ouviu contar outras histórias, como aquelas do BPN e do BPP, tem de concordar com Cavaco: a crise veio mostrar que os banqueiros violaram os princípios da transparência e da ética. Mas não todos. Porque prevaricadores, esses há-os em todas as profissões. E por isso é que é importante o papel e a celeridade da Justiça para separar o trigo do joio. Porque a moral só transitará de vez para o sistema financeiro quando os culpados forem julgados e punidos e, de preferência, em processos que não se arrastem anos nos tribunais, arriscando a prescrição. É verdade que ainda estamos longe da eficácia dos americanos: Madoff confessou as suas aldrabices aos filhos a 10 de Dezembro; é detido pelo FBI a 17 de Dezembro; declara-se culpado a 12 de Março e para a semana vai conhecer a sentença que poderá ditar 150 anos de prisão. No caso BCP temos de concordar com Berardo: "Comparado com a América, o processo foi muito vagaroso, mas para a realidade portuguesa até foi rápido". Já é alguma coisa. O que não pode acontecer é que esta tentativa de moralizar a banca prescreva, para bem do nosso sistema financeiro, um dos mais sólidos a nível europeu.



A apresentação do relatório final da comissão de inquérito ao BPN no Parlamento estava agendada para dia 3 de Julho.



Parlamento adia debate do inquérito ao BPN para 10 de Julho

Transcrição das audições atrasa em uma semana a apresentação do relatório final da comissão.

Sandra Almeida Simões
sandra.simoes@economico.pt

As cerca de oito horas da segunda audição a Vítor Constâncio e as mais de seis horas do depoimento de Teixeira dos Santos ditaram o atraso dos trabalhos finais da comissão de inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do BPN e sobre a supervisão bancária inerente. "Existe a necessidade de efectuar uma nova calendarização das últimas reuniões da comissão e da apresentação das conclusões do inquérito no Parlamento, devido ao atraso nas transcrições das actas da segunda parte da audição ao governador do Banco de Portugal e ainda do depoimento do ministro das Finanças, que terão de ser anexadas ao relatório final", explicou a presidente do inquérito parlamentar, Maria de Belém Roseira em declarações ao Diário Económico.

Na reunião de coordenadores da comissão, realizada ontem, foram agendadas as novas datas. Na segunda-feira, dia 29 de Junho, os deputados irão anali-

CALENDÁRIO DA COMISSÃO

Últimas reuniões

A comissão de inquérito parlamentar sobre a situação que levou à nacionalização do BPN e à supervisão bancária inerente agendou ontem as últimas três reuniões: 29 de Junho, 3 de Julho e 7 de Julho.

sar a proposta de relatório final. Segue-se uma segunda reunião, a dia 3 de Julho, para apresentação e discussão de propostas de alteração. E, por último, no dia 7 de Julho, os diversos grupos parlamentares manifestam o seu sentido de voto.

Esta calendarização dita assim que a apreciação do relatório e das declarações de voto no Plenário, inicialmente agendada para dia 3 de Julho, seja adiada para dia 10 de Julho. "Temos um 'delay' de uma semana", adiantou Maria de Belém.

Em plenário serão apresentadas as diligências efectuadas pela

comissão, as conclusões do inquérito e os respectivos fundamentos, o sentido de voto e as declarações escritas de cada membro da comissão e ainda apreciados os projectos de resolução apresentados juntamente com o documento final. Posteriormente, é aberto o debate pelo presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Recorde-se que o relatório final da comissão está a ser redigido por uma deputada do PS, Sónia Sanfona. Entre os principais pontos de discórdia está a avaliação do desempenho do Banco de Portugal e de Vítor Constâncio, enquanto representante máximo do órgão de supervisão. A divisão na classificação entre "acção negligente" ou "falha grave" promete fazer subir de tom a discussão entre PS e oposição. Também o facto de o PS ter recusado a via judicial para pedir o levantamento do sigilo profissional e bancário com base no qual Constâncio recusou enviar alguma da documentação pedida pela comissão irá igualmente incendiar a discussão. ■



Constâncio

Pacheco Pereira tem razão quando corrobora a observação de Sócrates de que a

Comissão Parlamentar ao BPN tratou Oliveira e Costa com bonomia, guardando para Constâncio acoites e cara feia.

Constâncio é, efectivamente, um homem de bem e técnico reputado, com créditos reconhecidos na gestão bancária, dentro e fora de portas.

Se tudo isto é assim, não é menos certo que o Governador do BP responde pelas falhas da instituição, quando ele ou os serviços, à semelhança, aliás, do que ocorreu por esse mundo fora, não souberam prever, como deviam, as vigarices

Não bastam honestidade e competência para a grandeza de assumir a culpa de uma instituição

que se verificaram, nem, por isso, instituíram regras para as evitar.

Pela dimensão e contornos, o caso BPN causou escândalo na sociedade portuguesa. E a ferida não está sarada.

Ora, nas sociedades antigas, o bode era sacrificado aos deuses para aplacar as suas iras. A modernização do rito pagão fez do bode expiatório um elemento essencial para restaurar a tranquilidade pública quando a comunidade é assolada pelo escândalo. E, por isso, aqui e agora, exigia-se a Constâncio mais um serviço – ter a grandeza de assumir a culpa da instituição por não ter sabido prever; e, nesse acto, demitir-se.



CAVACO SILVA – O Presidente da República, Cavaco Silva, disse ontem, em Braga, que espera que as questões pendentes na Concordata entre o Estado e a Igreja "sejam resolvidas a muito breve prazo". (...) Há boa vontade das duas partes para resolver o problema da regulação da Concordata", afirmou, salientando que se trata de assuntos que "já deviam ter sido resolvidos", no que foi uma crítica directa ao jacobinismo anticlerical do governo Sócrates inspirado por Vital Moreira. Cavaco Silva acentuou que a Concordata já foi assinada num anterior Governo e com outro primeiro-ministro, frisando que "falta solucionar não apenas os problemas do domínio do património, mas também os da assistência religiosa nas forças armadas e nos hospitais". Lembrou que acompanha a matéria "há bastante tempo", tendo mesmo conversado sobre isso quando se encontrou com o Santo Padre em Roma, nas audiências concedidas ao representante da Igreja na Comissão e em conversas "com as autoridades políticas adequadas". "Esperemos que tenham evolução positiva e não daqui a muito tempo", vaticinou, no que foi entendido como uma indirecta ao afastamento do governo socialista.

MANUELA FERREIRA LEITE – Esteve bem na entrevista à SIC na quarta-feira a demonstrar uma nova postura. Já não é só a líder do PSD a acreditar que um dia a própria chegará a primeira-ministra.

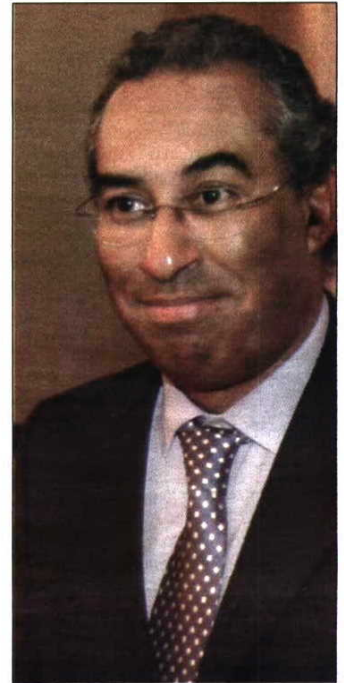
JORGE MIRANDA – Retirou-se da corrida para o lugar de provedor de Justiça depois do PS ter usado o seu nome sem ter assegurado a sua reeleição. O Presidente da República lamentou de imediato a sua decisão, considerando que, se isso significar uma desistência, "não é bom para o regime democrático". Uma solução consensual poderá agora surgir. Freitas do Amaral pode ser um dos nomes em cima da mesa.

CARLOS LOBO – O Governo aprovou, ontem, em Conselho de Ministros, um pacote de medidas fiscais entre as quais se destaca um diploma que visa conceder benefícios fiscais a investimentos em Portugal efectuados em áreas consideradas prioritárias. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, salientou que a medida surge para tornar o país mais competitivo. O Conselho de Ministros aprovou um "código fiscal de investimento" para auxiliar os agentes económicos. O novo código "traduz-se na aplicação de um regime, até 2020", onde há a possibilidade de concessão de benefícios em sede de IRC, IMI, IMT, e Selo "relativo a grandes projectos de investimentos feitos em Portugal". São várias as áreas onde os investimentos podem ter acesso a benefícios fiscais, entre as quais indústria extractiva, indústria transformadora, agrícola, tecnologias de informação, ambiente, energia e telecomunicações. A concessão de benefícios fiscais, em sede de IRC, poderá ascender a 20% das apli-

cações, sendo determinadas em função da inserção dos projectos nas áreas prioritárias". A criação ou manutenção de postos de trabalho e a relevância do contributo para a evolução tecnológica estão entre as exigências impostas para o acesso a benefícios fiscais.

Igualmente foi aprovada legislação que diz respeito à alçada dos tribunais fiscais, para dois tipos de processos: de mais de 50 mil euros e de mais de 200 mil euros. Finalmente em Setembro entra em vigor o regime de informações vinculativas urgentes, que irão vincular, em caso de dúvidas sobre os impostos, a vontade do contribuinte se o Estado não responder a tempo.

ANTÓNIO COSTA – Antecipando novas polémicas, o presidente da CML mandou recuar o arquitecto das obras do Terreiro do Paço. Agora, o corredor em pedra a ligar a Rua Augusta ao Cais das Colunas desapareceu, os losangos da placa central foram esbaticados, a estátua de D. José passou a assentar num círculo em vez de um losango e o Cais das Colunas não vai ser transformado numa plataforma circular. O projecto final do arquitecto Bruno Soares para o Terreiro do Paço acolheu, segundo o próprio, "grande parte das críticas" que foram feitas por cidadãos, técnicos e órgãos de administração e já foi aprovado pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar). Mais uma graça do resultado das eleições de 7 de Junho?]



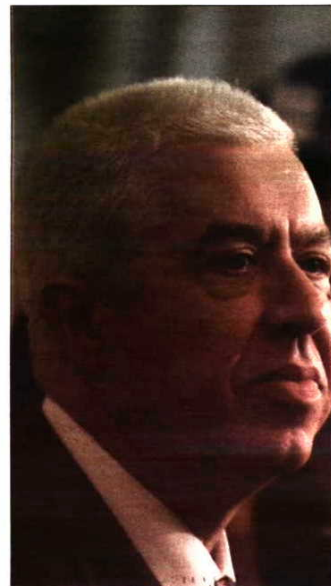
A DESCER



MANUEL PINHO – A Comissão Europeia notificou Portugal por este manter um sistema de preços regulamentados, na electricidade e no gás, em infracção às directivas comunitárias neste domínio, adiantou Bruxelas, em comunicado.

ZEINAL BAVA – Foi apanhado no negócio da TVI e pode ter que recuar. Pior que ele ficou o homem de mão do BES na PT, Henrique Granadeiro, que desmentiu um negócio que a própria PT comunicou à CMVM e que a Prisa confirma como praticamente feito, sendo elogiado até por José Eduardo Moniz. É o descrédito da administração da PT que, ainda por cima, só prejudicou o primeiro-ministro. Cavaco e bem exige transparência e o cabal esclarecimento da situação. Depois disto, Bava e Granadeiro deviam demitir-se.

TEIXEIRA DOS SANTOS – Portugal registou em 2008 o



segundo pior rendimento por habitante da Zona Euro, apenas à frente da Eslováquia. Segundo dados do Eurostat divulgados esta manhã, o rendimento per capita em paridades de poder de compra em Portugal foi de 75% da média da UE-27. O da Eslováquia foi de 72%, enquanto o do Luxemburgo e o da Irlanda, que ocupam os dois primeiros lugares, foi de 253% e 140%, respectivamente. Portugal ocupa o 19.º lugar no ranking dos 27, onde a Bulgária ocupa a última posição com apenas 40% do rendimento médio. "Eslovénia, República Checa, Malta, Portugal e Eslováquia estiverem entre 10% e 30% abaixo da média da UE-27", lê-se no comunicado do instituto de estatística da União Europeia, na publicação que apresenta os primeiros valores para 2008. Este indicador pretende medir o nível de riqueza por habitante, ajustando aos níveis de poder de compra em cada país.

ANTÓNIO MEXIA – O ministro das Obras Públicas de Santana Lopes, que assinou na Figueira da Foz as cinco linhas de TGV para Espanha e que imaginou chegar a presidente do BCP, sendo o suspeito número um do alegado "complot contra os ex-gestores do banco", começou a sua fulgurante carreira como homem de mão de Pina Moura e do BES e é actualmente o homem do PS na EDP – lugar para que foi escolhido por Paulo Teixeira Pinto –, onde mantém um programa de aquisições que já atirou para mais de 14 mil milhões de euros o passivo da empresa. Esta semana, António Mexia disse que não vê razões para que a Energias de Portugal reveja o seu plano de investimento. Em entrevista ao "Negócios", o CEO da eléctrica nacional diz ainda que a EDP é uma empresa com um risco inferior à média do sector. "Não vemos nenhuma razão para rever o nosso plano de investimento, em particular no que diz respeito a Portugal". O tempo dirá se não é outro BPN, para o qual a renacionalização será o caminho, à custa dos nossos impostos.

VÍTOR CONSTÂNCIO – A Provedoria de Justiça diz que o Banco de Portugal tem um problema de comunicação e que a colaboração da instituição, liderada por Vítor Constâncio, com aquele órgão de Estado ficou muito longe do desejável. O ex-provedor censura a postura do supervisor, chegando mesmo a salientar que a cooperação com a Provedoria de Justiça "ficou bastante aquém do desejado". Em causa estão as reclamações recebidas na Provedoria, o tratamento aos pedidos de colaboração formulados por Nascimento Rodrigues ao governador nos mais variados assuntos financeiros para efeitos de instrução de processos. Decididamente a postura do BdP tem que mudar.]





GOVERNADOR

Vítor Constâncio deixará o Banco de Portugal, no caso de o PS vencer as eleições.

O seu sucessor, garante-se nos circuitos financeiros, será Teixeira dos Santos, o actual ministro das Finanças. Constâncio teria um lu-

gar no BCE à sua espera. A sucessão premiaria o sacrifício de Teixeira dos Santos na pasta das Finanças, depois de já ter sido presidente da CMVM e resolve o problema do desgaste da imagem de Constâncio, depois da bronca BPN.



Carta

No BPP, a administração nomeada pelo Banco de Portugal apresenta soluções, a Privado Holding apresenta soluções, a Privado Clientes, a CMVM, João Rendeiro e o Ministério das Finanças. Todos apresentam soluções. Mas, nove meses depois, os clientes não têm uma solução, boa ou má.

Seria altura de o BP indicar em que país da Europa os clientes estão quase um ano com os seus depósitos ou activos congelados. Nem em épocas revolucionárias.

Nalguns casos, os activos de suporte às carteiras dos clientes até já venceram. Mas o dinheiro está congelado.



Noutro âmbito, mão amiga deu conta ao Ócio & Negócios de uma carta que um cliente BPP escreveu ao Ministério das Finanças. Diz ele que, na qualidade de contribuinte, ajudou a tapar o buraco da “roubalheira” do BPN.

Agradecia que pelo menos lhe fosse descontado em impostos futuros essa sua contribuição, já que, no seu caso, o dinheiro dos contribuintes não faz parte da solução.



Ferreira Leite passa no teste político, mas fica em branco no económico

Os politólogos aplaudem o desempenho de Ferreira Leite na SIC, mas os economistas levantam algumas dúvidas. E esperam as soluções concretas.

Margarida Peixoto
e Márcia Galvão
margarida.peixoto@economico.pt

Um país altamente endividado e com respostas ineficazes à crise. Foi este o diagnóstico que Manuela Ferreira Leite deixou aos eleitores, em entrevista à SIC, na quarta-feira. Numa intervenção que os politólogos consideram forte, a líder do PSD deixou a promessa

de que não vai aumentar os impostos, mas só não explicou como tenciona, ao mesmo tempo, melhorar os apoios sociais e resolver as contas públicas. O caminho concreto que o PSD seguirá ficou para final de Julho, quando apresentar o programa eleitoral.

“Estive a ouvir a entrevista de Sócrates, porque como falou tão baixinho podia ter-me passado, mas ele não sussurra uma única vez a palavra endividada-

mento”, ironizou Ferreira Leite, numa das suas respostas mais afiadas.

Para o politólogo Costa Pinto, a líder do PSD conseguiu “lançar os seus ‘soundbites’ de uma forma que parecem novidade”. Além disso, “foi muito forte relativamente à desmontagem da política financeira do Governo”, acrescenta.

Os desequilíbrios financeiros da economia portuguesa marcaram muitas das respostas de Ferreira Leite. Mas, quanto a

soluções, só lembrou a aposta nas pequenas e médias empresas no período de crise. “Faltam sobretudo medidas de carácter estrutural”, aponta Eduardo Catroga, ex-ministro das Finanças, que corrobora a ideia de que a consolidação orçamental não foi conseguida. João Ferreira do Amaral acha, ainda assim, que este não será o principal problema do próximo Governo: “Estou muito pouco preocupado com o pós-crise, acho é que vamos ter dificuldades em sair da crise”.

Neste combate, a líder do PSD defende que as opções “têm ido no sentido errado e isso é visível nos resultados”. “Há que mudar de política”, pediu, apontando a necessidade de apoios sociais mais efectivos. Uma posição que Ferreira do Amaral não subscreeve: “Acho que as políticas anti-crise estão a dar algum resultado, sobretudo no estímulo à procura interna”. Aqui, de novo, não há consenso: “As melhores medidas são não cometer erros estratégicos que condicionem o futuro”, diz Catroga. ■

Demissão de Constâncio “é decisão pessoal”. “Tinha feito bem se tivesse assumido que houve falhas na supervisão”

A REACÇÃO DE
António Costa Pinto, Politólogo

“Trata-se neste caso de uma imagem de dirigente política que evita posições de radicalidade, de pedir a cabeça de quem quer que seja. A tónica de Ferreira Leite foi de moderação, de razoabilidade, o que é importante, sobretudo para as elites, em contraponto com José Sócrates”.



"Não me preocupa a governabilidade, porque olhando para a nossa história recente vejo exemplos de tudo"

A REACÇÃO DE

José Adelino Maltez, Politólogo

"Ferreira Leite está a ser prudente e está a dizer que quer ter um papel no futuro acordo interpartidário, perante a real probabilidade de não existir nenhuma maioria absoluta", defende José Adelino Maltez. Optando por não pedir essa maioria ao eleitorado, Ferreira Leite "jogou forte", diz o politólogo, "demonstrando que vai lançar-se ao eleitorado e ele é que vai ser soberano: se quer maioria, se quer um tipo de governo à esquerda, global ou ao centro. É uma estratégia e uma tática. É aquilo que os analistas chamam de sentido de risco de um político".

"Não sou maluquinha contra comboios. Mas se fizermos mais investimentos que nos endividam, vamos empobrecer."

A REACÇÃO DE

João Ferreira do Amaral, economista e professor no ISEG

"Não me parece que o país não possa suportar estes investimentos", comenta o economista. Sem querer opinar sobre cada uma das obras públicas - "porque, como calculo que aconteça com muitas das pessoas que se pronunciam, não li todos os relatórios", justifica - Ferreira do Amaral defende que "não é pelo endividamento do país que se deve abandonar os projectos previstos". "São obras que levam muito tempo a executar e que por isso têm custos muito diluídos", defende. Além disso, "são quase sempre co-financiadas", acrescenta o economista, referindo-se tanto à participação de privados como ao financiamento comunitário. Por outro lado, Ferreira do Amaral sublinha que "também não são estes projectos que vão fazer o país sair da crise, ou impulsionar a economia no imediato".

"Houve alguns resultados positivos, mas está longe de se ter conseguido fazer a consolidação orçamental."

A REACÇÃO DE

Eduardo Catroga, ex-ministro das Finanças

"Vamos olhar para os factos", desafia o economista, tomando como ponto de partida dados "anteriores à crise", do primeiro Orçamento do Estado para 2009. "Primeiro: a despesa pública corrente primária de 2004 a 2009 agravou-se ligeiramente, para cerca de 41% do PIB. Segundo, a carga fiscal global aumentou de cerca de 35% para 38% do PIB. Terceiro, houve uma quebra do investimento no período de 2004 a 2008, devido à desorçamentação feita com as parcerias público-privadas, empresas municipais e regionais. O quarto ponto são as receitas extraordinárias, que foram significativas. Por fim, o Governo atirou para o futuro a despesa pública, sobretudo para depois de 2013. Perante isto, desafio qualquer um a demonstrar que estes factos não são verdadeiros, pois ficava, como contribuinte, bem mais descansado."

"Seguramente que não estaria oito meses sem resolver [o problema dos clientes do BPP]."

A REACÇÃO DE

João Ferreira do Amaral, economista e professor do ISEG

"É uma decisão complicada, estão muitos milhões envolvidos", reconhece o professor do ISEG. "Não me admira que o Governo tenha demorado algum tempo a decidir", reforça. "Além do mais, qualquer decisão é susceptível de ataque, seja pelo lado dos clientes, que se sentem lesados, seja pelo lado dos contribuintes", acrescenta. Ferreira do Amaral recusa-se, no entanto, a comentar se a decisão de nacionalizar o BPN foi bem tomada: "Não comento, porque são processos muito complexos e não os conheço a fundo".

Durante todo o tempo da entrevista, Manuela Ferreira Leite apresentou um imagem sorridente. Um detalhe sobressai, quando a líder do PSD corrigiu uma expressão. "Pequenos" e não "piquenos", em bom português.





LEONARDO NEGRÃO

Retorno absoluto vale 55%

A carteira de retorno absoluto tem, neste momento, uma depreciação média, a preços de mercado, de 45%, ou seja, **vale 55%** do seu valor nominal. Se os clientes pudessem e quisessem vender os títulos, era esta a percentagem que receberiam, face ao capital investido. Os produtos de crédito estruturado, que compõem as carteiras de retorno absoluto (e não as carteiras, no seu todo), apresentam actualmente uma valorização média de 10% do seu total. Estas aplicações encontram-se congeladas até 1 de Setembro, aguardando-se a constituição de uma entidade gestora, detida pelos principais bancos, para a qual os clientes do retorno absoluto poderão transferir os seus títulos.

aplicações.

Fernando Ruas confirmou ao DN que a sua autarquia já recuperou seis milhões de euros e espera, logo que possível, recuperar o milhão que lhe falta. BPP explicou como repartiu os 450 milhões do empréstimo a reembolsar depósitos

Câmara de Viseu tinha sete milhões no BPP

■ PAULA CORDEIRO
e RUDOLFO REBÉLO

A Câmara Municipal de Viseu aplicou sete milhões de euros no Banco Privado Português (BPP) em depósitos a prazo, dos quais já recuperou seis milhões de euros. Neste momento, a autarquia tenta ainda levantar cerca de um milhão de euros, logo que o banco tenha a liquidez necessária para o permitir.

O facto foi confirmado ao DN pelo presidente da autarquia, Fernando Ruas. "Há dois ou três meses, tentámos levantar o dinheiro e conseguimos tirar de lá cerca de seis milhões, não tivemos qualquer problema", disse o autarca. "Estamos à espera de condições para le-

vantar o restante, cerca de um milhão", acrescentou.

Fernando Ruas explicou que a sua câmara tinha há muito dinheiro depositado no BPP. "Fazíamos concursos públicos junto dos bancos para saber qual a instituição que oferecia a melhor taxa de juro e depois escolhíamos", refere o presidente da Câmara de Viseu.

O BPP era quase sempre o mais bem posicionado nas melhores remunerações. "Ganhámos muito dinheiro com o BPP", esclarece. Ruas disse ainda que também tinham depósitos no Banco Português de Negócios (BPN), "já recuperados".

Entretanto, o BPP anunciou que o empréstimo de 450 milhões de euros concedidos por um conjunto

de bancos, em Dezembro, foi já usado na totalidade, tendo sido pagos depósitos de 314 milhões de euros.

Uma vez que o sigilo bancário não permite discriminar os clientes contemplados, a administração



Ganhámos muito dinheiro com o BPP.

Fernando Ruas
Presidente da Câmara de Viseu



do BPP apenas esclarece que, daquele montante pago, 49 milhões de euros foram para clientes particulares, 160 milhões para clientes empresas e 160 milhões para instituições financeiras, onde se incluem as caixas de crédito agrícola e as câmaras municipais, além de outros institucionais. Ao que o DN apurou, são várias as associações e entidades de carácter público que estão entre os clientes do BPP.

Os restantes 136 milhões de euros foram usados na liquidação de operações com outras instituições, nomeadamente em pagamentos com vencimentos de operações de financiamento colateralizadas por títulos (*repo*). ■

**NÃO PODE PERDER****3 DE JULHO****Relatório sobre a nacionalização do BPN
é apresentado no Parlamento**

As conclusões do inquérito levado a cabo pelos deputados da Assembleia da República ao caso BPN serão conhecidas dia 3 de Julho.

Grande entrevista ao PM, agora no seu novo modo esquizofrénico



Pravda

**FERNANDO
BRAGA DE MATOS**

Onde a PRAVDA consegue uma entrevista com José Sócrates. Mas ao homem que, após a entrevista à SIC, se fragmentou em dois personagens - Dr. Hyde (a troca nome/título justifica-se por deficiências académicas), e o residual, mas suave, Mr. Jeckyll⁽¹⁾. Na superprodução subsequente, tentou-se convidar Ana Lourenço - mas o autor levou tampa. Ficou-se, pois, com a prata da casa e haja Deus.

FBM - Bom dia, meus senhores! Bem dispostos?

JECKYL - Uma droga! Depois da malhadela que levei nas eleições europeias, coisa penosa para a qual nem o nosso especialista Santos Silva conseguiu prever as equimoses, penso que isto, só com injeções de estética, já não vai lá.

Dr. Hyde - Muito obrigado pela delicada atenção. Por mim, aguento contrariedades menores e, com a ajuda do novo medicamento da Pfizer, Demagógic 5000g, espero arrastar o eleitorado para o caminho da rosa (ou agora será punho cerrado? Já nem sei bem o que o nosso excelente Catalino Vanas recomendará, em conjunto com as nossas profícuas agências de sondagem).

FBM - O público assistiu comovido ao "mea culpa" governamental quanto ao abandono da cultura e ao excesso burocrático do método de avaliação aos professores. Não ocorreu mais nada, apesar de, dizendo, poder deixar o Largo do Rato em estado catatónico?

JECKYL - Mais do que isso? Vc. já está a ser provocatório! Dinheiro para a dita cultura até foi demais: Já viu uma mostra subsidiada de "performing arts"? Aquilo, se fosse a pagar, eram todos corridos à pedrada.

FBM - Que exagero! Espero que não veja as coisas assim, Hyde...

Dr. Hyde - Meu caro FBM, aqui até ia um pouco mais longe, embora cordato, amigável e com sorriso "perdoname", estilo Buena Vista Social Club. Por exemplo, com aquilo dos professores, os dignos docentes o que tentavam era escapar à avaliação. Ou vê as coisas de outro modo?

FBM - A entrevista não sou eu que a dou e, seja como for, não queria entrar em polémica com aqueles da Fenprof, que ainda me inundam a rua com camionetas vindas de todo o País.

JECKYL - Além disso, como os alunos não estão lá para aprender (não está sequer previsto no Estatuto

do Aluno), mas só para passar, sem a chaga da repetência, parece que a coisa nem importa muito. Estou convencido que irá ver as coisas pelo meu prisma.

PROF. MARCELO (com o seu ar "resolvi o Cubo de Kubrick em 2 minutos") - Fazia-se um acordo em três tempos: - Os professores não ensinavam e os alunos não aprendiam, como já acontece. Ganhava-se imenso tempo para coisas realmente úteis, tudo pacificamente. Ficava só o Ministério da Educação, que, como se sabe, é um bem em si mesmo. O sistema de ensino em Portugal funcionava em beleza, se não tivesse o empecilho dos alunos.

Dr. PAULO RANGEL (em audível à parte) - É melhor acordar, Dr^a Manuela! Isto até pode aquecer, era pena se perdesse o espectáculo!

Dr^a MANUELA (em surdina): Amanhã leio nos jornais, que estas coisas incomodam-me. É quase pior que levar beijos lambuzados de gente sem desodorizante.

FBM (pigarreando para suster um arruído crescente na sala) - Esta é para si, Jeckyll. Acha que daqui até às legislativas ainda ganha com maioria absoluta?

JECKYL - O meu amigo, que é um entendido em mercados, com uns livros pejudados de ideias jeitosas, claro que já ouviu falar de produtos de retorno absoluto. Com as maiores absolutas faz-se o mesmo: Garante-se o resultado e, se não houver fundos (ou, aqui, votos), os contribuintes cobrem a diferença. O ministro das Finanças há-de servir para alguma coisa, não?

JERÓNIMO DE SOUSA, Dr. FERNANDO ROSAS E HELOÍSA APOLÓNEA (do fundo da sala, em quase assuada): Neoliberal! Carrasco dos trabalhadores! Vai carregar cascalho para o Afeganistão, com o teu sócio, o lacaio Barroso!

Dr. LOUÇÁ (em contratenor): Eu não lhe admito insinuações, Jeckyll/Hide! Ouviu bem? A minha honra está acima da do próprio Trotsky!

JEKYLLEHYDE (em uníssono): Mas nós não dissemos nada que o ofendesse, ó Louçá!

Dr. Hyde (prosseguindo, em visível discordância com a suavidade de Jeckyll) - Tu, o que precisavas era duns sopapos na tromba, ou julgas que és melhor que o Vital? Ele arrenegou o Estaline, e tu não escondeste a pagela do Henver Hodja que estava ao lado da do Sagrado Coração de Jesus, em ilusão de três dimensões? Tem mas é vergonha! O que te

vale é a Apolónia.

Dr. PAULO PORTAS (conseguindo fazer-se ouvir à 5ª tentativa) - Essa é de risota! O marido ainda há dias se me queixou que aquilo lá em casa é um autêntico "goulag", só come coisas verdes e bebe "hortelã-pimenta shake"! Diz que a balança nem acusa peso! Não a estou a ver a safar o Jeckyll/Hide, para além de se ter a considerar as incompatibilidades. Não foi ele que lhe fez trejeitos tipo Miss Piggy quando ela, há umas semanas, interveio no hemiciclo?⁽²⁾

FBM - Já só temos breves minutos. Como vê o PM a inquirição parlamentar a Vítor Constâncio?⁽³⁾

Dr. MÁRIO SOARES (quase em uníssono) - O Constâncio? "É o nabo mais inteligente que eu já hechei".

JECKYL - Esse gajo é um amigalho! Eu posso ser uma fera, mas os amigos é ombro com ombro. Acha que algum Governador de Banco Central arranjava aquele défice virtual de 6,83%, em 2005? Proclamar um défice que nunca existiu, com aquele detalhe, não é para qualquer bancário lateral, quanto mais um banqueiro central!⁽⁴⁾

Dr. HYDE - Tenho que concordar, até pela harmonia Zen que ele introduziu no sistema. Concordará comigo que, se ele descobrisse alguma coisa no BPN e BPP, o sistema derrapava para a desconfiança, pois os banqueiros, para as massas na altura, ainda eram todos honestos. Está ver a corrida aos bancos, a con-

vulsão social, o caos? Assim não se soube de nada, ficou tudo na maior e os sobressaltos actuais são só para os investidores do BPP. Os contribuintes - que lá estarão para pagaras contas - estão por tudo, já só pedem "com vaselina".

FBM - Muito obrigado, foi muito elucidativo e os nossos leitores seguramente aumentaram a sua vontade de emigrar, mesmo para a Guiné-Bissau.

Dr. HYDE - "F.k you very much!"...

JECKYL - Obrigado eu, FBM, pela oportunidade que deu de continuar a sentir-me contente comigo mesmo.

(1) A imagem Jeckyll/Hide, vi-a usada por Vilaverde Cabral na TVI. Como já havia escrito esta peça nesse momento, não há fonte a citar ou autoria a atribuir.

(2) Esta não é chalaça. Assisti à cena num debate quinzenal televisivo e fiquei passado com a chacota e falta de respeito, para a pessoa e a instituição.

(3) Fora as piadas de mau gosto que se seguem, convém não esquecer que foi Constâncio, secretário-geral dum PS que, pela altura, até repudiava Mário Soares, quem viabilizou, à esquerda, a revisão constitucional de 1989, o fim do "rumo ao socialismo" e das "nacionalizações irreversíveis".

(4) No final do período, o défice apurado foi de 5,8%

Advogado, autor de "Ganhar em Bolsa" (ed. D. Quixote) e "Bolsa para Iniciados" (ed. Presença)

fbmatos1943@gmail.com

Assina esta coluna semanalmente à sexta-feira

”

Concordará comigo que, se ele descobrisse alguma coisa no BPN e BPP, o sistema derrapava para a desconfiança, pois os banqueiros, para as massas na altura, ainda eram todos honestos.



Opinião
Braga de Matos



SLN Valor paga papel comercial de **50 milhões**

A SLN Valor anunciou esta semana que deu instruções ao BPN para pagamento dos juros e de 10% do capital do Programa de Papel Comercial, no valor de 50 milhões de euros, que venceu na última sexta-feira. O pagamento parcial aos subscritores do programa será assegurado por um depósito constituído pela empresa junto daquele banco, no montante de 27,6 milhões de euros.



António Perez Metelo

Ecoss do 'abalozito'

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), que agrupa uma trintena de economias de mercado desenvolvidas, acaba de nos brindar com o último retrato da situação económica e financeira em todo o mundo. A marcha do definhamento à escala global vai sendo descrito em inúmeros quadros, através dos quais se torna claro o que está a acontecer desde a brusca quebra da procura no 4.º trimestre de 2008.

O ano no qual o mergulho da contracção vai mais fundo é este de 2009. Segundo os cálculos da organização sediada em Paris, o produto real na OCDE será negativo: -4,1% (-2,8% nos EUA; -4,8%, na Zona Euro; -6,8% no Japão).

A distância entre o PIB potencial e o efectivo (o denominado hiato do produto) cai abruptamente de +0,3% para -5,3% no espaço da OCDE. A taxa de desemprego, devido a esta travagem fortíssima da actividade económica, salta dos 5,9%, em 2008, para 8,5%, em 2009 (e para 9,8%, pelo seu inevitável lastro, em 2010). O arrefecimento do clima económico geral, com o recuo inédito em oito décadas do comércio mundial, em termos reais, de -16,0% (!), esfria o crescimento dos preços no consumidor de 3,2%, no ano passado, para apenas 0,6%, em 2009.

É claro que a brutal travagem síncrona de três quartos da economia mundial – da qual somente as maiores potências emergentes (China, Índia) escapam com efeitos mitigados nas suas taxas positivas de crescimento – acaba por ter um efeito devastador sobre a generalidade das contas públicas. Os défices orçamentais na OCDE saltam de -3,2%, em 2008, para -7,7%, em 2009, agravando-se para -8,8% do PIB, em 2010. Este é o valor consolidado nos 30 países analisados, sendo certo que o quadro vai variando à volta dele de país para país, em função da profundidade da quebra do respectivo PIB e da dimensão das medidas anticíclicas encetadas pelos respectivos governos e bancos centrais.

Esta é a crua realidade dos dias de hoje, que não difere muito dos cálculos realizados pelo Banco Mundial ou o BCE, o FMI ou a Comissão Europeia. Portugal não foge à regra: recuo do PIB de -4,5%, aumento do défice público para 6,5% do PIB, subida da taxa do desemprego para 9,6%. Porquê? Pelos erros da política económica, que, nas palavras de Manuela Ferreira Leite, se foi abaixo com o actual 'abalozito'.

■ Redactor principal

**CASO BPN**

Discussão do relatório vai ser adiada

■ Os coordenadores da comissão de inquérito decidiram enviar ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e à conferência de líderes uma proposta de adiamento da discussão do relatório com as principais conclusões obtidas pelos deputados no caso BPN, confirmou ao **CM** fonte parlamentar.

A discussão em Plenário estava agendada para dia 3 de Julho, mas a comissão de inquérito pretende adiá-la para dia 10.

Até lá, seguem-se várias reuniões que servirão para discutir o conteúdo do relatório. Na próxima segunda-feira, dia 29, os deputados da comissão de inquérito irão fazer a primeira apreciação do relatório elaborado pela deputada socialista Sónia Sanfona. Na sexta-feira seguinte, dia 3, os vários partidos voltam a reunir para apresentar propostas de alteração ao conteúdo do documento, que será votado pela comissão no dia 7 de Julho. Ao que o **CM** apurou, dificilmente haverá consenso em torno das conclusões dos trabalhos. ■ **D.R.**



Jaime Gama recebe a proposta

**Venda**

BPN está a suscitar interesse diz gestor

• O presidente do Conselho de Administração do BPN, Francisco Bandeira, revelou que há grandes bancos, incluindo nacionais, que já manifestaram interesse em comprar a instituição, mas que ainda não está definido o modelo de venda.

Forma que reveste o negócio ainda está por decidir

“Ainda estamos a definir se a venda será por concurso (alargado), venda directa ou por concurso limitado”, disse Francisco Bandeira, citado pela agência Lusa.

Incógnita. Sem revelar as instituições interessadas, Francisco Bandeira apenas referiu que entre os interessados há bancos Ibéricos.

Em Portugal o BCP já afirmou não estar interessado, enquanto BES e BPI ainda não se pronunciaram.